



Afroempreendedorismo feminino: uma trajetória entre resistência e precarização

Female Afro-entrepreneurship: a trajectory between resistance and precariousness

Larissa Maria dos Santos Baia¹ , Ramon Bezerra Costa¹ 

RESUMO

O objetivo deste artigo foi remontar a trajetória do povo negro, principalmente das mulheres, no mercado de trabalho, refletindo sobre como tiveram de lançar mão de práticas empreendedoras e da criatividade para viver até hoje. Por meio da metodologia do estudo, baseada em revisão e análise bibliográfica, foi possível compreender que o percurso das pessoas negras, particularmente das mulheres, se deu entre experiências de resistência e precarização. Dessa forma, o artigo está estruturado em dois tópicos. No primeiro, discute-se a trajetória do povo negro no mercado de trabalho, trazendo a contextualização histórica de resistência e da sobrevivência dos negros e negras no Brasil. No segundo, desenvolve-se a compreensão do empreendedorismo ancestral das mulheres negras.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Trajetória. Afroempreendedorismo feminino. Precarização. Resistência.

ABSTRACT

The purpose of this article is to trace the trajectory of black people, especially women, in the labor market, reflecting on how they had to make use of entrepreneurial practices and creativity to live until today. From the methodology of the study, based on review and bibliographic analysis, it was possible to understand that the path of black people, in particular women, took place between experiences of resistance and precariousness. Thus, the article is structured in two topics. In the first, the trajectory of black people in the labor market is discussed, bringing the historical context of resistance and survival of black men and women in Brazil. In the second, the understanding of the ancestral entrepreneurship of black women is developed.

Keywords: Entrepreneurship. Trajectory. Female Afro-entrepreneurship. Precariousness. Resistance.

¹Universidade Federal do Maranhão – São Luís (MA), Brasil. E-mails: baia.larissa@discente.ufma.br, ramon.bezerra@ufma.br

Recebido em: 23/05/2022. Aceito em: 18/08/2022

INTRODUÇÃO

Em uma entrevista para a agência de jornalismo Alma Preta, a doutora em Antropologia e professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Jacqueline de Moraes Teixeira disse que a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho ainda está ligada ao imaginário escravocrata, em que estas estão aprisionadas em lugar de servidão, de serviço doméstico, colocadas apenas para cozinhar, limpar e cuidar dos filhos dos “senhores”, excluídas de qualquer outra função que as coloquem em destaque (*apud* JUNIOR, 2018). Em vista disso e das problemáticas raciais e de gênero do Brasil, nota-se que o empreendedorismo pode funcionar como uma estratégia de sobrevivência e mobilidade socioeconômica para as negras, além de ser a ocupação que pode dar mais frutos financeiros e de qualidade de vida, comparada com outros lugares que concentram a maioria das mulheres negras, como o serviço doméstico (BENEDITO, 2018).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), entre 2015 e 2019, das 1.580.000 novas donas de negócio que surgiram no país, 60% eram negras (964 mil), 36% brancas e o restante de outras raças (51 mil). Em outro estudo do Sebrae (2021), viu-se que as mulheres negras representam 47% das empreendedoras brasileiras, um número crescente. Esses dados indicam como o número de mulheres negras empreendedoras cresce e se destaca no empreendedorismo feminino brasileiro.

Quando finalmente a escravidão foi abolida, a população negra foi colocada à própria sorte para sobreviver, inserir-se na sociedade, conseguir trabalhos e, ainda, enfrentar todos os tipos de preconceito e violência. Moraes (2013) aclara que a abolição ofertou o povo negro ao mercado de trabalho sem o mínimo de condições de competir para que pudesse se inserir na sociedade. Não houve nenhuma estratégia para integrar a população recém-liberta ao mercado de trabalho nem à economia local, ocasionando a essas pessoas condições de vida subumanas, marginalizadas e privadas de direitos (SANTOS, 2021).

Destarte, para entender a importância do empreendedorismo entre as mulheres negras e como essa atividade econômica se tornou uma estratégia para reduzir a invisibilidade, servindo como forma de sobrevivência e ascensão social, é necessário compreender a trajetória do empreendedorismo entre as mulheres negras. Nesse sentido, a pesquisa aqui relatada teve o objetivo de remontar a trajetória do povo negro, principalmente das mulheres, no mercado de trabalho, refletindo sobre como tiveram de lançar mão de suas habilidades para viver até hoje. Assim, traça-se o percurso entre resistência e precarização do afroempreendedorismo feminino.

Para atingir esse objetivo, o artigo utilizou como metodologia revisão e análise bibliográfica (GIL, 2002). Para apresentar os resultados da pesquisa, o trabalho está estruturado em dois tópicos. No primeiro, explora-se a trajetória do povo negro no mercado de trabalho, trazendo a contextualização histórica. Já no segundo, reflete-se sobre como as mulheres negras tiveram de utilizar seus trabalhos e criatividade para sobreviver, apropriando-se do empreendedorismo. Dessa forma, foi possível compreender o pioneirismo dessas mulheres nas atividades empreendedoras e o percurso do afroempreendedorismo feminino no Brasil.

MERCADO DE TRABALHO E O POVO NEGRO

Em uma análise sobre a mulher negra no mercado de trabalho, Beatriz Nascimento (2010) estabelece um pequeno histórico da sociedade brasileira no que se refere à sua estrutura, que vai ditar o lugar de trabalho de cada um. A autora acentua que a maneira como estava estruturada essa sociedade na época colonial — podendo-se conceituá-la até como castas — era bastante hierarquizada, e muitos grupos desempenhavam papéis rigidamente diferenciados e demarcados.

Assim, a sociedade colonial ditava as suas organizações. Em um dos polos dessa hierarquia se encontrava o senhor de terras, o qual concentrava em suas mãos os poderes econômico e político; e, no outro polo, estavam os escravos, a força de trabalho efetiva dessa sociedade. Entre os polos existiam camadas de homens e mulheres livres, vivendo em condições precárias (NASCIMENTO, 2010). Permeada pelo racismo e pelo caráter patriarcal, a sociedade refletia o lugar que cada homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra tinham, o que ficou mais explícito após a abolição.

Essa estratificação racial negra teve início no século XVI, quando o tráfico de africanos começou a ser lucrativo para o Brasil — antes os africanos eram comercializados apenas por portugueses e estes depois foram substituídos por brasileiros (AMARAL, 2011). Aprisionados na África, os escravos ficavam por meses em navios, conhecidos por navios negreiros. Tratava-se de grupos de 300 a 500 pessoas agrupadas em porões, e inúmeras delas morriam durante a viagem pelas condições subumanas a que eram submetidas. Ao chegarem aos portos do Recife (PE), de Salvador (BA), do Rio de Janeiro (RJ) e de São Vicente (SP), os que ainda estavam vivos eram direcionados para trabalhos na área costeira, para o corte do pau-brasil e para a colheita de cana-de-açúcar. Depois, alguns eram direcionados ao interior do país para trabalharem com mineração, criação de gado, plantação de cacau, açúcar, algodão, frutas, sementes e outros tipos de especiaria, além das atividades domésticas nas casas e em diversas obras e comércios (AMARAL, 2011).

O Brasil foi o país que mais importou a força de trabalho escravo e se beneficiou dela, tornando-se a maior nação em número de descendentes de africanos fora da África (SANSONE, 2004). Dos 10 milhões de negros retirados do continente africano para serem escravizados, mais de três milhões vieram para o Brasil, o que torna o país o maior consumidor do comércio escravo das Américas, e a maioria de escravizados era de Angola, Moçambique, Guiné, Sudão e Congo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

De acordo com Theodoro (2008), o século XIX foi marcado pela violência extrema contra os descendentes de africanos. A força de trabalho dos negros foi sistematizada pela lógica do abuso e da violência; as jornadas de trabalho diárias podiam chegar a 16 horas, instaurando uma condição de vida extremamente precária (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). Munanga (2009) explica que, ao serem comprados pelos traficantes, os negros recebiam tratamentos subumanos que renegavam até as suas identidades, visto que eram separados das famílias, recebiam outros nomes, destruindo quaisquer vínculos que pudessem humanizá-los e demonstrando as facetas das violências do regime da escravidão no Brasil.

Costa (2018, p. 75) compreende que termos como emoção, desejo, crenças e valores mobilizam uma série de interpretações. Logo, são utilizados para fazer referência ao conjunto de ideias e maneiras de sentir e ser “que configuram as relações individuais e coletivas e são por elas configurados” (COSTA, 2018, p. 75). Diante disso, pode-se perceber como se constitui o processo de vinculação social, em que os negros funcionam como verdadeiras máquinas do sistema escravocrata, disseminando-se a ideia de que não eram humanos e que não mereciam respeito nem dignidade. Isso pode ter constituído a estrutura racista da sociedade brasileira, em que o negro ainda é marginalizado.

No fim do século XIX, o sistema escravocrata começou a ser enfraquecido, entre outros fatores, por pressão inglesa — por demandas capitalistas, a força de trabalho assalariada era mais vantajosa que a escrava. Após diversas leis que restringiam cada vez mais o tráfico e com outras imposições britânicas e políticas, em 1888, foi assinada a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil (CAMPOS, 2018). Com isso, o negro passou a ser considerado livre. Todavia, após quase 400 anos do sistema escravocrata, a situação de liberdade dos negros não garantiu que estes tivessem direitos nem oportunidades.

Na realidade, após a abolição, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos. Durante um bom tempo o Brasil ainda viveu o ranço escravagista e a relação entre os antigos senhores e ex-escravizados continuou pautada pelas relações que se estabeleciam no regime de escravidão. A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. O fato de serem libertados por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo, às camadas mais ricas da população (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 107).

A abolição da escravidão deu-se em meio a uma política de imigração europeia baseada na ideia de branqueamento. Diante dessa política imigracionista, o negro perdeu o seu lugar no mercado de trabalho (MATTOS, 2000). Cabe lembrar que, no fim do século XIX, a economia do Brasil estava voltada ao cultivo da monocultura cafeeira, concentrada no Sul e no Sudeste do país, regiões que mais incentivaram a política de branqueamento e privilegiaram a força de trabalho desses imigrantes.

Segundo Sansone (2004), esse cenário favoreceu a estruturação de um mercado de trabalho rígido com pouca mobilidade social e econômica dos negros, o que acentuou a situação de pobreza e miséria entre o povo recém-liberto. Nesse contexto, Santos (2021) acrescenta que, além desse cenário de desvalorização da força de trabalho negra, não havia uma proposta de inserção dos ex-escravizados nem dos seus descendentes:

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência (THEODORO, 2008, p. 15).

Assim, o mercado de trabalho nasceu de um ambiente de exclusão para a população negra.

Isso tornou-se o cerne do que hoje se denomina trabalho informal. Paralelamente, surgiu a ideologia de um Brasil moderno, cujo progresso e crescimento, por natureza, não comportava a inclusão de pobres e negros. Daí, a intensa desigualdade social e racial que se arrasta até os dias atuais (SANTOS, 2021, p. 63).

Posto isto, destaca-se que é significativamente maior a participação da população ocupada preta e parda em atividades informais (47,3%) quando comparada com os trabalhadores brancos (34,6%) (IBGE, 2019). No ano de 2019, o salário médio de trabalhadores negros foi 45% menor do que o dos brancos. Quando se olha para o das mulheres negras, a diferença é ainda maior, visto que a média salarial para elas chegou a ser 70% menor que a das mulheres brancas (IBGE, 2019). Em questão de desemprego, entre as pessoas negras, o índice é maior, posto que pretos e pardos representam 72,9% dos desocupados do país de um total de 13,9 milhões de pessoas nessa situação (IBGE, 2020).

É nesse ambiente de desigualdade que cresce o empreendedorismo por necessidade entre as pessoas negras, uma vez que vivem em um contexto de insegurança empregatícia que as colocam em trabalhos informais, sem carteira assinada nem contratos fixos. Apesar de o empreendedorismo ser visto como um importante mecanismo de sobrevivência, faz-se relevante não romantizá-lo, quando ele se coloca como a única opção para que a maior população brasileira possa sobreviver.

Cabe distinguir duas motivações de empreendedorismo: necessidade e oportunidade. Os empreendedores por necessidade são aquelas pessoas envolvidas “com empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho” (EMPREENDEDORISMO NO BRASIL, 2011, p. 89). Já os empreendedores por oportunidade são quem empreende “não por não ter outra opção de trabalho, e, sim, por ter identificado uma oportunidade de negócio que pretende perseguir” (GEM, 2011, p. 89).

Em suma, Santos (2021) afirma que a identidade e o trabalho das pessoas negras, no século XIX, foram marcados por um processo de negação, desenvolvendo discursos em que estava implícito que a população negra não seria sequer digna de possuir uma identidade humana, entretanto “essa representação não foi assimilada peremptoriamente pela população negra, uma vez que, na medida do possível, se rebelou contra ela” (SANTOS, 2021, p. 63).

Em convergência com esse pensamento, Munanga e Gomes (2006) afirmam que nem só de opressão vivia o povo negro, pois a resistência também compunha parte de sua história, tendo em vista que os ex-escravizados e seus descendentes passaram a se movimentar para promoverem sua própria sobrevivência, tanto humana como cultural, política e econômica. Santos (2021) descreve que o século XX foi marcado por movimentações e avanços na formação identitária negra brasileira. Assim, surgiram as movimentações sociais dos negros, gerando o Movimento Negro Unificado, na década de 1970, pautado na luta antirracista em todo o Brasil e na luta de inserção do negro na sociedade como cidadão de direitos.

Nesse contexto de exclusão das pessoas negras, principalmente no mercado de trabalho, a necessidade de sobreviver tornou-se impulso para a origem do vigor empreendedor como mecanismo para o povo negro, tendo em vista que ser chefe do seu próprio negócio foi uma forma que este enxergou para sobreviver às condições desumanas às quais foi submetido no pós-abolição, mediante a marginalização da sua força de trabalho. No caso específico, fala-se das mulheres negras, levando-se em consideração que foram pioneiras no empreendedorismo feminino brasileiro, por possuírem poucas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, menos ainda que os homens (MACHADO, 2017).

EMPREENDEDORAS DESDE O INÍCIO

Para conceber qualquer reflexão sobre o afroempreendedorismo e o afroempreendedorismo feminino, é imprescindível compreender os sentidos do empreendedorismo. Desse modo, cabe analisar perspectivas e visões sobre o empreendedorismo que ajudem a entender as influências de empreender na sociedade. O empreendedorismo é caracterizado como um processo de criação de algo que tenha utilidade ou desperte interesse em alguém, o qual requer dedicação de tempo e esforço, podendo gerar riscos financeiros, sociais e econômicos para receber recompensas financeiras e pessoais (HISRIC; PETERS, 2004).

O termo *empreendedorismo*, de acordo com Larousse (2000), origina-se da palavra francesa *entrepreneur*, remetendo-se ao chefe de uma empresa, à pessoa que exerce um trabalho sob sua própria responsabilidade. Para Chiavenato (2007), um empreendedor vai além de um simples fundador de novas empresas; é quem assume riscos ao ousar iniciar ou administrar um negócio, adotando a responsabilidade de inovar, aproveitar oportunidades e fomentar o crescimento e o progresso de um país.

Dolabela (1999) acrescenta que um empreendedor, quando investe em um projeto ou um sonho, mesmo com os riscos, deve acreditar na possibilidade de transformar o ambiente em que está inserido. Santos (2019) corrobora essa percepção ao entender que o empreendedorismo não modifica apenas o campo econômico, mas também o contexto em que o empreendedor se encontra, incluindo as relações sociais e políticas desse ambiente que o acolhe.

Em outra concepção, Dardot e Laval (2016) entendem que o empreendedorismo é uma forma de governar a si mesmo na percepção de liberdade do mercado. Para eles, o empreendedor, nesse contexto, atua na busca de oportunidade para gerar lucro e é uma figura importante muito além dos processos de desenvolvimento econômico, mas em todos os campos da sociedade, haja vista que, ao ser educado a governar como empreendedor, age para melhorar a sorte, assumindo os riscos. Dessa maneira, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial constitutiva do humano, por instaurar a responsabilidade individualista e assumir seus próprios riscos.

São várias as premissas que tentam definir empreendedorismo, já que parece nunca se esgotarem os debates acerca das atividades empreendedoras. No entanto,

mediante as várias análises, Baggio e Baggio (2014) buscaram encontrar conceitos basilares para a formação da esfera epistemológica da temática:

Em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor: 1) tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; 2) utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive; 3) aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 27).

Diante das análises e das interpretações que o empreendedorismo pode ter na sociedade e das implicações no modo de viver mediante o sistema em que se está inserido, neste estudo, acredita-se que o empreendedorismo e sua interpretação podem construir uma forma de existir que incentive a criatividade, a inovação, o crescimento e a resiliência, mesmo no contexto neoliberal, seja para lucro individual, seja para a sobrevivência.

Sendo assim, pode-se dizer que os estudos sobre o empreendedorismo costumam estar relacionados a criar, inovar e transgredir. Teixeira (2017) afirma que, apesar das diferenças teóricas, a figura do empreendedor é frequentemente proposta em um sentido individual: aquele indivíduo que é símbolo no capitalismo por superar barreiras e realizar seu sonho de comandar seu negócio de forma sustentável e lucrativa. Todavia, essa perspectiva individualista é criticada por autores contemporâneos, por estes acreditarem que o ambiente social e o histórico de vida de tais indivíduos não podem ser deixados de lado para uma análise do perfil do empreendedor (TEIXEIRA, 2017).

Santos (2019) complementa esse pensamento ao afirmar que o empreendedorismo pode até estar ligado à ideia de liberdade para criar, transgredir e inovar, entretanto um dos principais motivos para o negro empreender não diz respeito a essas questões inovadoras, e sim à ideia da necessidade, mesmo que os outros princípios criativos também estejam implicados. Com base nisso, é preciso considerar os fatores externos e as pressões sociais que podem influenciar no processo empreendedor, principalmente ao se refletir acerca do empreendedorismo entre as pessoas negras.

A busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar (ALMEIDA, 2013, p. 198).

De acordo com Chér (2008), em certa concordância com a ideia exibida, as questões de raça, religião e educação são pontos relevantes em qualquer sociedade e influenciam no comportamento dos cidadãos enquanto consumidores e profissionais, proporcionando oportunidades de negócio. Logo, as dificuldades de ascensão social, a falta de oportunidade e o ranço colonial presentes na sociedade marginalizam o povo negro, tornando o empreendedorismo uma das poucas chances de sobreviver e propiciar melhoria de vida.

Além disso, o empreendedorismo desperta para a construção de valorização da identidade negra, por meio de simbolismos, não só porque está remetido à comercialização de produtos afros e destinado apenas a negros e negras, mas por permitir que esse povo chegue a lugares que, majoritariamente, são preenchidos apenas por pessoas brancas (ALMEIDA, 2013; SANTOS, 2019).

Desse modo, o empreendedorismo, para além da busca por sustentação financeira, trouxe a possibilidade de inserção social, política e econômica para esse povo, sobretudo para as mulheres negras, que foram excluídas do mercado de trabalho e tiveram de se reinventar por intermédio desse mecanismo para sobreviver. Exemplo disso é a Madam C. J. Walker, que atuou nas causas do empoderamento negro com o desenvolvimento de elixires capilares por ela criados destinados às mulheres negras de cabelos crespos e cacheados.

Walker, mediante a produção e venda de seu produto, estabeleceu uma empresa independente e conseguiu construir um patrimônio, tornando-se a primeira mulher negra dos Estados Unidos a conquistar tal feito. Por meio de seu produto e das publicidades que enaltecem a beleza negra, pôde disseminar mensagens que valorizavam as mulheres negras, influenciando a busca pelo sucesso, pelas resoluções financeiras e pelo aumento da autoestima dessas mulheres (LOPES, 2002).

Além de ser exemplo do vigor empreendedor entre as mulheres negras, o empreendimento de Walker refletia diferentes valores e crenças sobre a beleza da mulher negra, valorizando seus traços e sua negritude; apesar do alisamento de seus cabelos, ela incentivava essas mulheres a se sentirem bonitas. Isso demonstra outra concepção de ver as mulheres negras, além de ganhos financeiros: estas podem estar à frente de negócios e ter resultados tão iguais ou melhores do que os homens.

Xavier (2013) aponta que um ponto fundamental para minimamente ser aceito/a, após a escravidão nos Estados Unidos, era ter “boa aparência”, que se baseava na aparência da mulher branca. Além disso, os cabelos “bonitos” e “arrumados” para essas mulheres advindas da desumanização da escravidão resgatavam a feminilidade perdida nesses tempos sombrios (CÔRTEZ, 2012). Logo, o fato de as mulheres afro-americanas adotarem o cabelo liso simbolizava, de alguma forma, “uma proposta de revitalização da imagem, igualmente calcada no discurso racializado de melhora da aparência, promovido por centenas de cosmetologistas que integravam o time das empresárias da raça” (CÔRTEZ, 2012, p. 332).

Para também explicar essa potência empreendedora entre as mulheres negras brasileiras, na 3ª Semana da Consciência Negra da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a jornalista Flávia Oliveira destacou uma obra do artista Jean-Baptiste Debret, de 1826, denominada de *Negras cozinheiras vendedoras de angu* (Figura 1), a qual retrata duas mulheres negras cozinhando e comercializando quatro caldeirões de angu em uma praça de mercado movimentada e alguns homens negros auxiliando-as (OLIVEIRA, 2019). Com base nessa obra, Oliveira (2019) diz que a gravura evidencia o vigor empreendedor e produtivo das mulheres negras e reflete que, se o Brasil valorizasse a potência empreendedora dessas mulheres e a sua criatividade de criar ciclos produtivos completos, talvez a nossa sociedade fosse mais igualitária, próspera e inclusiva.



Fonte: Debret (2012).

Figura 1. *Negras cozinheiras vendedoras de angu*, de Jean-Baptiste Debret.

A fala da jornalista sobre a desvalorização da força empreendedora e do potencial produtivo da mulher negra, com base na gravura de Debret, exemplifica a realidade desigual e subalterna que as mulheres negras — protagonistas da imagem — viviam antes e vivem agora em todos os âmbitos sociais do Brasil (NATIVIDADE, 2009). Estatísticas fundamentam essa percepção quando mostram que tais mulheres são as que mais estão em situação de vulnerabilidade social, política e econômica, já que são as que mais trabalham, recebem menos, sofrem mais violência e são menos representadas em locais de poder (MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005).

Diante disso, dados revelam que as mulheres negras sofrem mais com desemprego, têm a renda mais baixa e sempre ocupam empregos informais, como no trabalho doméstico, cuja ocupação é de 20%, e ganham menos da metade da renda de um homem branco (CAMAZANO; ESTARQUE, 2019).

Nesse sentido, quando se fala dessas condições das mulheres negras, principalmente no que tange ao campo econômico, Benedito (2018) realça que, apesar da importância do trabalho das negras brasileiras no desenvolvimento do Brasil, os nomes delas não são citados nas páginas da história oficial, visto que vivem a interseccionalidade de serem negras e mulheres.

O trabalho da mulher negra ainda é limitado a um imaginário escravista, presente na sociedade, de que a sua capacidade laboral se remete apenas a

uma economia escravocrata de exercer atividades domésticas para os senhores. Essa desvalorização ficou mais evidente no período de pós-abolição, quando as pessoas negras foram abandonadas, sofrendo discriminação e violência, marginalizadas enquanto força de trabalho, sobretudo a mulher negra, conforme tratamos no item anterior.

Foi nesse cenário de desamparo que a população negra, especialmente as mulheres, tiveram de lançar mão de suas habilidades de trabalho, nas prestações de serviço e nas vendas, como estratégia para ter uma fonte de renda e de sobrevivência. Nesse sentido, Silva e Souza (2017) apontam que as mulheres negras são pioneiras no empreendedorismo feminino brasileiro, já que tiveram de ofertar suas habilidades e produções para conseguir o sustento.

Ainda é perceptível um ambiente de dificuldade de inclusão e mobilidade socioeconômica para pessoas negras, haja vista que são elas que ainda apresentam baixos índices de desenvolvimento humano e os piores indicadores sociais, além da vulnerabilidade de saúde e mercado de trabalho, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020 (*apud* RIOS, 2020). Todavia, cabe salientar também as conquistas dos movimentos sociais negros, com melhorias das condições de acesso à educação básica e superior, políticas públicas de distribuição de renda e combate ao racismo no país.

De acordo com a pesquisa Afroempreendedorismo Brasil, realizada pela RD Station em parceria com o Inventivos e o Movimento Black Money, o afroempreendedorismo brasileiro é, em sua maioria, feminino, e as suas atividades empreendedoras predominantes apoiam-se em seus valores ancestrais (O AFROEMPREENDEDORISMO..., 2021).

Nessa perspectiva, é importante destacar o pensamento de Davis (2016), que aponta, ao percorrer a história das mulheres negras no trabalho, para o empreendedorismo ancestral delas, posto que foram pressionadas a se arriscarem no empreendedorismo de pequenos negócios para a sobrevivência, por não serem absorvidas pelo mercado de trabalho em função das condições de exclusão.

Por isso, o empreendedorismo entre as mulheres negras nasce da necessidade de sobrevivência, liberdade e ascensão social. Entretanto, apesar de essas mulheres manterem seus negócios na lógica capitalista, o que elas fazem parece ultrapassar a esfera econômica, atingindo o social, por ser o seu empreendedorismo mais que uma simples atividade econômica, ao agregar valores de suas ancestralidades africana e afro-brasileira, mesmo sem perceber, já que estas estão intrínsecas em sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi remontar a trajetória do povo negro, principalmente das mulheres, no mercado de trabalho, refletindo sobre como tiveram de lançar mão de suas habilidades para viver até hoje. Dessa forma, nessa construção histórica, discutiu-se como o ambiente de escassez de oportunidades para as

pessoas negras, sobretudo para as mulheres, com base em um mercado de trabalho racista e com ranços coloniais escravistas, fizeram o ato de empreender se tornar uma estratégia de resistência para as mulheres negras e para a população negra em geral, tornando-se menos invisíveis, além de uma ponte para sobreviver e ter mobilidade social.

Percebeu-se que, apesar de as mulheres negras manterem seus negócios inseridos na lógica capitalista, suas ações ultrapassam o campo econômico, transformando o social, por o objetivo do seu empreendedorismo ser mais que gerar lucro, visto que agrega valores de sua ancestralidade, constituindo um empreendedorismo ancestral e produzindo determinada realidade. Dessa maneira, podemos compreender a importância do empreendedorismo para as mulheres negras e como essa atividade econômica se tornou uma estratégia para reduzir a invisibilidade, servindo como ponte para sobreviver e para a mobilidade social. Assim, entendemos a caminhada entre resistência e precarização do afroempreendedorismo feminino.

Dessa forma, esperamos que este estudo possa contribuir com as discussões sobre a ancestralidade empreendedora das mulheres negras e com os debates sobre injustiça social, econômica e política desse público no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. S. M. Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros. *In*: NOGUEIRA, J. C. (org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 241-274.
- AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Porto Alegre, p. 25-38, 2014. <https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>
- BENEDITO, A. Empreendedorismo e empoderamento de mulheres negras: quais são as ações necessárias para garantir expansão e manutenção da atividade econômica. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1244/1004>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
- CAMAZANO, P.; ESTARQUE, M. Negras ganham menos e sofrem mais com o desemprego do que as brancas. **Folha de S.Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-o-desemprego-do-que-as-brancas.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- CAMPOS, A. A. **A valorização do negro no Brasil e o afroempreendedorismo**. 2018. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.
- CHÉR, R. **Empreendedorismo na veia**. Rio de Janeiro: Elsevier/Sebrae, 2008.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CÔRTEZ, G. X. C. **Branças de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

COSTA, R. B. **Economia da confiança**: comunicação, tecnologia e vinculação social. Curitiba: Appris, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRET, J. B. Negras cozinheiras vendedoras de angu. **Ganga Macota**, 2012. Disponível em: <http://gangamacota.blogspot.com/2012/09/negras-cozinheiras-vendedoras-de-angu.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura e Editores Associados, 1999.

EMPREENDEDORISMO NO BRASIL. **Global Entrepreneurship Monitor**, 2011. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Livro%20GEM%20Brasil%202011.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**: características gerais dos domicílios e dos moradores. Brasília: IBGE, 2019.

JUNIOR, A. Por que mulheres negras são pouco valorizadas no mercado de trabalho? **Alma Preta e Livre**, 2018. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/por-que-mulheres-negras-sao-pouco-valorizadas-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 8 abr. 2022.

LAROUSSE. *Entrepreneur*. In: INTERNACIONAL BOOK DIST. **Le Petit Larousse Illustré 2000**. França: Distribooks Inc, 2000. p. 347.

LOPES, M. A. O. **Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana: 1920-1940**. 2002. 234f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, L. S. S. Empreendedorismo feminino: mulheres negras pioneiras no Brasil. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: FMU, 2017.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MENEGHEL, S. N.; FARINA, O.; RAMÃO, S. R. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300006>

MORAES, F. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. [S.l: s.n.], 2006.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. **Portal Geledés**, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NATIVIDADE, D. R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-256, jan./fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a11v43n1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000100011>

O AFROEMPREENDEDORISMO é, em sua maioria, feminino e solitário. **Inventivos**, 2021. Disponível em: <https://inventivos.co/empreendedorismo/afroempreendedorismo-feminino-solitario-brasil-empreender/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, F. Flávia Oliveira comenta o tema: mulheres negras e a economia: sustentando a pirâmide. **YouTube**, 2019. 1 vídeo, 8 min. Disponível em: <https://youtu.be/6rmsfUZUNxA>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RIOS, R. Negros são mais atingidos pelo analfabetismo e pelo saneamento inadequado. **Correio Brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasileiro.com.br/brasil/2020/09/4878895-disparidade-antes-mesmo-da-pandemia.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Tradução de Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 2004.

SANTOS, C. J. P. **Reflexões epistêmicas sobre identidade negra no contexto escolar**. Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, M. A. **O lado negro do empreendedorismo**: afroempreendedorismo e movimento *black money*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Empreendedorismo feminino no Brasil**. Sebrae, 2020. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Sonho de empreender é mais presente entre os negros**. SEBRAE, 2021. Disponível em: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/sonho-de-empreender-e-mais-presente-entre-os-negros,439819d0b293d710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA, S. K. V.; SOUZA, A. B. A identidade na atualidade da mulher negra no Brasil. **Revista NEIAB**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-16, jul. 2017. Disponível em: <http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/2-2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

TEIXEIRA, L. G. **Afroempreendedores**: desafios e oportunidades para empreendedores negros no Distrito Federal. 2017. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: JACCOUD, L.; OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. **As políticas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 19-47.

XAVIER, G. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. **Estudos de História**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 429-450, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200009>

Sobre os autores

Larissa Maria dos Santos Baia: graduada em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa ETC – Comunicação, Tecnologia e Economia, da UFMA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Ramon Bezerra Costa: doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa do Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC Comunicação, Tecnologia e Economia, da UFMA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento**: nenhuma.

Contribuições dos autores: Baia, L. M. S.: Conceituação, Escrita — Primeira Redação. Costa, R. B.: Escrita — Revisão e Edição.

